

HABEAS CORPUS Nº 570.295 - SP (2020/0078868-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LINCOLN DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO E
OUTROS
ADVOGADOS : HÉLIO ARTUR DE OLIVEIRA SERRA E NAVARRO -
SP164388
LINCOLN DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO -
SP235857
LUCAS DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO - SP336502
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS ANTONIO DE SALES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ANTONIO DE SALES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente se encontra em cumprimento de pena em regime prisional semiaberto, pela prática de fraude em licitação, por duas vezes, crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/1993.

Os impetrantes requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a prisão domiciliar para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto, mediante as condições a serem especificadas, até o fim da pandemia, ou, a extinção da sanção penal, tendo em vista que devem ser tomadas todas as providências para evitar o contágio e a propagação do coronavírus (COVID19).

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente